



## Associação Paranaense do Ministério Público

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – APMP E ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ – PROMED DO DIA 28 DE JANEIRO DE 2022

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 17h (dezessete horas), em primeira convocação, e as 17h15m (dezessete horas e quinze minutos), em segunda convocação, no salão nobre da sede administrativa da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP), situada na Rua Mateus Leme, 2018, 3º andar, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) e da Associação Paranaense de Assistência à Saúde dos Membros do Ministério Público (PROMED). Nos termos da Lei n.º 14.010/2020, tal ato ocorreu de maneira híbrida, presencial e transmitida virtualmente. A mesa ficou composta pelo Presidente da APMP, André Tiago Pasternak Gritz, pelo Diretor de Planejamento da PROMED, José Américo Penteado de Carvalho e pelo Conselheiro Fiscal, Alexandre Ramalho de Farias. O presidente deu início ao ato desejando boa tarde a todos e todas, tanto aos presentes quanto àqueles que acompanham virtualmente. O presidente da APMP falou sobre a pauta protocolar estatutária a ser enfrentada e passou imediatamente para o seu primeiro item. **I) Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior realizada em 30 de julho de 2021.** O presidente, André Gritz, registrou que o conteúdo da presente ata havia sido disponibilizado aos(as) associados(as) com a devida antecedência, tanto no site da Associação, quanto por e-mail, bem como por meio de link enviado via WhatsApp, a fim de que, eventualmente, os(as) colegas pudessem ter acesso e apresentar sugestões e/ou críticas ou alguma correção que o documento merecesse. Diante da ausência de observação em relação ao teor da ata, considerou-a aprovada. Após, passou-se para o segundo assunto da pauta. **II) Prestação de contas da APMP, PROMED e MÚTUA, relativas ao 2º semestre de 2021.** O Presidente, André Tiago Pasternak Gritz, explicou que o Conselho Fiscal se reúne trimestralmente por disposição estatutária para avaliar as contas da Associação. Logo, todas as vezes que as contas são trazidas para aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO), significa que as contas de dois trimestres foram apreciadas. Em seguida, registrou seus agradecimentos aos integrantes do Conselho Fiscal. Agradeceu os Conselheiros Fiscais Fernando de Paula Xavier Junior, Alexandre Ramalho de Farias e Aysha Sella Claro de Oliveira. Outrossim, agradeceu os Conselheiros Fiscais Suplentes Caroline Schaffka Teixeira de Sá, Larissa Haick Vitorassi Batisttin e Ricardo Barison Garcia. Na sequência, a palavra foi repassada ao presidente do Conselho Fiscal, Fernando de Paula Xavier Junior, para fazer a apresentação da prestação de contas referentes ao segundo semestre do ano de 2021, da APMP e da Mútua. Com a palavra, o presidente do Conselho Fiscal, Fernando de Paula Xavier Junior, desejou uma boa tarde a todos. Inicialmente agradeceu e saudou o Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, André T. P. Gritz, e na pessoa dele estendeu seus cumprimentos aos demais colegas que estavam presentes e àqueles colegas que acompanhavam de maneira remota. Em seguida, passou à explanação das contas do período de julho de 2021 a dezembro de 2021. No que se refere às receitas, somando-se as receitas operacionais e as receitas de aplicações financeiras chegou-se ao acumulado de R\$ 3.403.967,26 (três milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos). As despesas, neste segundo semestre de 2021, totalizaram o valor de R\$ 3.454.898,46 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos). Assim, em relação a esses valores, teve um déficit de R\$ 50.931,20 (cinquenta mil, novecentos e trinta e um reais e vinte centavos). Sobre o motivo desse déficit, esclareceu que tal fato foi devidamente explicado ao longo desse



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

semestre em razão dos investimentos que foram feitos nas sedes da Associação. Disse que, na sede administrativa, o maior gasto foi com o hotel de trânsito. Já na subsede em Foz do Iguaçu foram feitas obras. A subsede litorânea também passou por reformas. Falou que isso demandou uma boa quantidade de investimento financeiro por parte da Associação. Sublinhou que, no resumo da questão anual das contas da APMP, apesar desse déficit no segundo semestre de 2021, ao final, teve-se um resultado superavitário no primeiro semestre correspondente ao valor de R\$ 206.742,02 (duzentos e seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e dois centavos). De modo que, importa o valor final anual de um superávit positivo, correspondente a quantia de R\$ 155.810,82 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e dez reais e oitenta e dois centavos). Posteriormente, foram mostrados slides contendo o valor detalhado de cada um dos trimestres de 2021, com as suas respectivas receitas e despesas para informar aos associados, cujos dados podem ser acessados no portal da transparência no site da Associação, contendo os balancetes das prestações de contas de cada um dos trimestres. Posteriormente, explanou sobre a questão do valor em caixa da Associação, levando em consideração as informações até o dia 31/12/2021. Disse que somando o valor da Associação, da administração, e os valores em caixa das subseções, tem-se, aproximadamente, cinco milhões de reais. Tal valor é o que consta nos bancos e o valor aplicado do dinheiro. Na sequência, passou a análise das contas referentes à Mútua. Repassou que os resultados acumulados do segundo semestre são os seguintes: (i) receita decorrente de contribuição mensal totalizou o valor de R\$ 1.912.630,74 (um milhão, novecentos e doze mil, seiscentos e trinta reais e setenta e quatro centavos); (ii) o fundo de contingência totalizou a importância de R\$ 198.360,00 (cento e noventa e oito mil e trezentos e sessenta reais); (iii) R\$ 64.501,77 (sessenta e quatro mil, quinhentos e um reais e setenta e sete centavos), com o ingresso de novo(a)(s) associado(a)(s). O somatório destes valores totalizam uma receita equivalente à quantia de R\$ 2.175.492,51 (dois milhões, cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos). Já as despesas totalizaram a importância de R\$ 1.909.328,50 (um milhão, novecentos e nove mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos). Asseverou que o superávit, neste semestre de 2021, foi de R\$ 266.164,01 (duzentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e um centavo). Falou que realizaram um quadro comparativo referente ao superávit acumulado dos dois semestres de 2021, totalizando o valor de R\$ 1.042.430,06 (um milhão, quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais e seis centavos). Pontuou que as despesas variam basicamente com o pagamento efetivo das Mútuas. Repassou que, neste segundo trimestre de 2021, o pagamento com as mútuas foram maiores, então os valores de despesas acabou aumentando. Na sequência, pediu que voltasse ao slide anterior, e repassou que o valor que a Associação tem em conta, com relação à mútua, o importe de R\$ 3.507.163,83 (três milhões, quinhentos e sete mil, cento e sessenta e três reais e oitenta e três centavos). Informou que a Associação Paranaense do Ministério Público tem em conta, até o segundo semestre de 2021, o total geral de R\$ 8.555.436,34 (oito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos). Sublinhou que, conquanto o déficit no segundo semestre de 2021 de cinquenta mil reais, a Associação se apresenta muito sólida e com valores financeiros realmente altos, fato esse que demonstra que, além do investimento que está sendo feito na sede e das subseções, todas essas melhorias são feitas de forma séria e responsável, não diminuindo o patrimônio ou o prejudicando. Pelo contrário, vez que se denota um crescimento do patrimônio e uma melhora efetiva da sede e das subseções, sendo esses resultados constatados no dia a dia da Associação. Em seguida, o presidente da Associação, André T. P. Glitz, complementou a explicação do motivo do déficit pontual, o qual se deve por conta das despesas do final de ano na sede litorânea, com a temporada de verão, inclusive com a retomada das tradicionais festas de final de ano, Natal e de Ano Novo, afora, como dito, em razão das obras que estão sendo feitas na subsede de Foz do Iguaçu, consistente na construção de imóvel novo para residência do funcionário daquela



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

subsede e para funcionamento de um escritório administrativo. Rememorou que já tinham tido despesas para revitalização da subsede de Foz do Iguaçu, afora as obras de manutenção na sede administrativa em Curitiba e nas subsedes de Maringá e de Londrina. Informou que após essa intervenção, na subsede de Londrina, inclusive, viabilizou sua regularização com a consequente obtenção do *habite-se*. Entretanto, registrou que a Associação, no ano de 2021, ainda continuou superavitária, tendo em caixa aproximadamente cinco milhões de reais. Posteriormente, o presidente, André Glitz, deixou registrado que a Associação tem um grande desafio, para o presente e para o futuro, que é a necessidade de gerar novas fontes de receita a fim de evitar que a Associação dependa exclusivamente das mensalidades do(a)s associado(a)s. Nesta esteira, destacou o trabalho desempenhado pela Diretoria. A título exemplificativo citou duas ações da Diretoria da Associação do semestre passado. A primeira foi a ampliação do objeto do contrato de locação da Sede Administrativa de Curitiba com a Controladoria Geral do Estado (CGE). A Diretoria deliberou por ocasião da renovação do contrato de locação, em avaliação a partir de uma proposta da própria CGE, pela locação também do espaço do auditório, de modo que o contrato de aluguel pretérito que era de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) passou para R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), por mês. Ainda, destacou que a Associação deixou de ter despesas de manutenção ordinária naquele espaço que era muito pouco utilizado. Além disso, disse que tem-se buscado outras maneiras para melhoria da receita, como por exemplo, com o uso da energia elétrica. Comentou que, depois de várias discussões sobre alternativas para economia de energia, em um primeiro momento a Diretoria fez um contrato de locação com uma usina de energia, situada em Araucária, sendo paga uma mensalidade e a contraprestação dessa mensalidade reverte-se em créditos vinculados a determinadas subsedes e/ou sedes, sendo uma delas a sede administrativa, assim como para a subsede de Colombo. Destacou que essa medida já tem gerado uma economia significativa de energia. Informou que desde o mês de abril de 2021 até janeiro de 2022 economizou-se o importe de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Sublinhou que é preciso criatividade financeira desta gestão para que se tenha cada vez mais uma saúde financeira melhor. Posteriormente, falou sobre a mudança do Regulamento da Mútua, o qual foi feito no ano de 2020 e submeteu-se a um processo democrático, passando por um amplo debate, implicando em um reforço no fundo de contingência da Mútua. Comentou que em 2022 está sendo feita uma consultoria financeira em relação aos investimentos da Mútua, com a manutenção do perfil conservador, porém buscando investimentos que possam entregar mais, a fim de cumprir as metas do estudo atuarial que fundamentou as alterações no Regulamento da Mútua. Na sequência, o presidente, André Glitz, passou a palavra para o Diretor de Planejamento da Associação Paranaense de Assistência à Saúde dos Membros do Ministério Público do Paraná - PROMED, José Américo Penteado de Carvalho. Com a palavra, o Diretor de Planejamento da PROMED explicou sobre o quadro de síntese que demonstra uma adequação financeira e estrutural da PROMED durante o segundo semestre de 2021. Informou que no 2º semestre de 2021 a receita derivada das mensalidades foi no valor de R\$ 14.654.250,78 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos). A receita de aplicações financeiras foi de R\$ 902.502,65 (novecentos e dois mil, quinhentos e dois reais e sessenta e cinco centavos). A título de receitas financeiras extras, como por exemplo, as receitas financeiras provenientes de mensalidades em atraso, representam o valor de R\$ 3.960,24 (três mil novecentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos). Explicou que as despesas da PROMED tiveram algumas variações durante o percurso do semestre tendo em vista particularmente, entre outros aspectos, as pequenas variações dos efeitos no plano nacional de imunização e o reavivamento, por exemplo, da procura por procedimentos eletivos que antes estavam represados durante aqueles momentos de maior complexidade e menor acesso à vacinação e outros procedimentos na pandemia. Após, repassou que as despesas com os reembolsos foi de R\$ 1.627.421,86 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e um



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

reais e oitenta e seis centavos). Já os gastos com pagamentos aos prestadores da PROMED representou a cifra R\$ 3.810.270,13 (três milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e setenta reais e treze centavos). Com a UNIMED, que é uma rede com um uso extremamente relevante e utilizada, haja vista as facilidades de acesso e amplitude da rede cedida em contrato de cessão, o custo foi de R\$ 7.770.450,39 (sete milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos). Afora as despesas administrativas e despesas financeiras. Como exemplo, nos meses de setembro e novembro, realizou-se a reforma da sede da PROMED em Curitiba, que acompanhou o plano de reforma da sede administrativa da Associação. Asseverou que até mesmo as situações de cunho fiscal, com prorrogação de cobrança impostos, como o imposto de renda, nos meses de novembro e dezembro de 2021, gerou reflexões dentro do cenário do percurso deste segundo semestre. Disse que o patrimônio da PROMED, em âmbito de aplicações financeiras, é expressivo. Em aplicações tem-se valor de R\$ 30.515.703,98 (trinta milhões, quinhentos e quinze mil, setecentos e três reais e noventa e oito centavos), sendo R\$ 27.468.192,81 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e um centavos) em aplicações livres e R\$ 3.047.511,17 (três milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e onze reais e dezessete centavos) em aplicações garantidoras para o plano de saúde, exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Sublinhou que esses dados representam o resultado positivo das contas, permitindo mencionar que este cenário está dentro das perspectivas e dos planos de atuação deste semestre. Destacou que este resultado está em consonância com uma recomendação salutar, inclusive em conjunto com o Conselho Fiscal, onde se busca a revisão com profissional especialista na área de economia da modalidade de aplicação, a fim de garantir que o patrimônio acumulado permaneça com um poder de compra. Registrou que ao longo deste segundo semestre o resultado foi superavitário, no valor de R\$ 1.407.362,17 (um milhão, quatrocentos e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos). Em seguida, informou que esse segundo semestre fechou com um total de 3.520 beneficiário(a)(s). Repassou que durante o segundo semestre de 2021 houve um reajuste aplicado no mês de outubro, retroativo a setembro, correspondente ao importe de 8,73%, cujas razões foram abordadas inclusive em uma Assembleia específica, com concordância de toda a classe para tal providência, pois importava justamente em acréscimo relevante para a saúde financeira do plano. A sinistralidade do segundo semestre ficou em 90,13%, comparado ao primeiro semestre, ficou maior. Todavia, ainda assim a sinistralidade média ficou em 86,74%. Esclareceu que a sinistralidade no segundo semestre deveu-se particularmente pela reativação da procura dos beneficiários da PROMED por consultas, serviços eletivos de saúde, os quais estavam represados integralmente no pico da pandemia. Falou que o superávit do segundo semestre foi de R\$ R\$ 1.407.362,17 (um milhão, quatrocentos e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos), menor que o do primeiro semestre, porém expressivo. O resultado geral de 2021 foi superavitário em R\$ R\$ 3.466.396,67 (três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos). No quadro gerencial apresentado: comparativo das receitas e despesas, ficou evidenciado que a receita tem sido superior ao valor dedicado às despesas, com exceção do mês de setembro, onde o resultado foi negativo, e o mês de novembro, onde o superávit foi menor que a média dos meses anteriores. Em um panorama geral, falou que terminou este segundo semestre dentro da previsão orçamentária da PROMED, com uma vida financeira adequada e cautelosa durante o semestre. Comentou sobre o aumento de algumas receitas, tendo em vista a recuperação por conta do reajuste necessário e aceito pela classe, durante o mês de outubro, retroativo a setembro, e o acompanhamento pelo Presidente, André Glitz, referente à questão afeta ao recurso decorrente do auxílio-saúde. Em seguida, destacou que a PROMED continua com frentes de avanços, estando ciente de alguns problemas a resolver, naturais para alcançar os avanços pretendidos, dentre eles a tentativa de melhoria do sistema de reembolso por um sistema eletrônico. Ainda, sobre os planos de



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

ação, comentou que há também um plano de estudos para a verificação das questões do atendimento fora do Estado do Paraná pela PROMED, estudos também relativos ao atendimento pré-hospitalar no interior, de maneira semelhante ao que ocorre em Curitiba. Repassou, ainda, que nos próximos semestres se realizará a campanha de vacinação contra gripe, com a exigência que seja a vacina mais atualizada possível, inclusive com as variantes atuais. Destacou que essa campanha será, como de praxe, da melhor forma possível e a perspectiva é da sua realização no mês de abril do ano corrente. Em seguida, o Presidente, André Glitz, agradeceu a explanação do Diretor da PROMED, José Américo Penteado de Carvalho, e na pessoa dele estendeu seus cumprimentos a todos(as) os(as) integrantes do Conselho Diretor da PROMED, WILLIAN BUCHMANN, NICOLE PILAGALLO DA SILVA MADER GONÇALVES e MICHELE ROCIO MAIA ZARDO que desenvolvem um maravilhoso trabalho. Asseverou que esse profissionalismo de gestão reflete neste conforto de ter em caixa o valor de vinte e sete milhões de reais. Disse que se continua avançando. Destacou que a PROMED disponibiliza um produto diferenciado de cobertura e de serviço e mesmo assim consegue ter uma saúde financeira significativa, fato este extremamente relevante para uma operadora de plano de saúde. Rememorou a disponibilidade do serviço de telemedicina por meio da teleorientação médica do Hospital Israelita Albert Einstein - o Einstein Conecta - que tem sido muito utilizado e elogiado pelo(a)s beneficiário(a)s da PROMED. Informou que a PROMED está em um passo avançado de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), enquanto operadora de plano de saúde. Destacou que se trata de um processo complexo, árduo e que envolve a superação de várias etapas, implicando também em alterações no processo interno de trabalho. Disse que conta com um serviço de um escritório de advocacia especializado na área que está finalizando o diagnóstico do processo de trabalho da PROMED e da sua compatibilidade (ou não) com a LGPD para analisar eventual adaptação à legislação. Para o Presidente, até o final do presente ano, a PROMED conseguirá implementar as mudanças necessárias. Falou também sobre os avanços no processo de reembolso. Reforçou que atualmente os reembolsos são feitos de forma remota, podendo o(a)s beneficiário(a)s solicitar até mesmo via WhatsApp, apresentando as notas fiscais ou até mesmo os recibos, sendo essa uma outra modalidade implementada para maior facilidade. Comentou que pretende-se avançar ainda mais por meio do desenvolvimento de um processo eletrônico de reembolso a fim de que o(a) beneficiário(a) interessado(a) possa acompanhar o trâmite e a conclusão da sua solicitação de reembolso de forma eletrônica e remota, conseguindo ter acesso ao seu (in)deferimento e os termos da decisão. Destacou que, apesar do expressivo valor em caixa, é preciso cautela. Comentou que, considerando o contexto econômico, faz-se necessária a busca de alternativas para investimentos destes recursos sem que isso implique, como dito, em uma alteração do perfil conservador da PROMED, pois é uma operadora de plano de saúde. No entanto, é possível buscar um retorno maior para os investimentos. Na sequência, a palavra foi passada ao membro do Conselho Fiscal, Alexandre Ramalho, que registrou seus cumprimentos a todos. Disse que além do aprendizado no Conselho Fiscal, destacaria uma palavra em relação a essa gestão - "eficiência", nada obstante as administrações anteriores tivessem sido muito boas. Destacou que apesar da inflação e das melhorias nas sedes tem-se mantido a mensalidade da Associação. Comentou que projetos relacionados ao uso da água e da energia elétrica passam também a repercutir nos dados. Destacou o trabalho dos Conselheiros Fiscais, da Diretoria Financeira, na pessoa do 1º Tesoureiro, Alexey Choi Caruncho. Ao final, registrou seus agradecimentos e parabenizou o presidente da APMP. Em seguida, o presidente respondeu ao questionamento do associado, promotor de Justiça, Guilherme de Barros Perini, sobre os prazos para reembolso e das Resoluções que foram expedidas pela Diretoria durante a pandemia. Informou que durante a pandemia a PROMED suspendeu os prazos para reembolso por conta das dificuldades de deslocamento. Havia a regulamentação antiga onde o processo de solicitação do reembolso era de forma física. Assim, a PROMED suspendeu os prazos de reembolso



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

durante o período da pandemia e simultaneamente abriu essa possibilidade de nova forma de reembolso e manteve esse avanço, de solicitação tanto via e-mail quanto por WhatsApp, inclusive mediante a admissão de recibo. Registrou que o processo de reembolso se sujeita a um prazo para observância da gestão financeira responsável do plano de autogestão. O Presidente, André Glitz, salientou que é preciso agir de acordo com as regras que garantem a saúde operacional, financeira e administrativa do plano de saúde. Sublinhou que o cumprimento destas regras é uma garantia para todos, sem discriminação. Ainda em relação aos reembolsos, disse que é preciso de prazo para que ele ocorra até mesmo para fins fiscais, afetas às informações referente ao imposto de renda. Outrossim, teceu explicações para os casos de revisão diante de indeferimento via administrativa tanto de pedido de reembolso, referente a valores ou, ainda, ao tipo de procedimento. Destacou que o pleito não está sujeito a nenhuma discricionariedade do Conselho Diretor da PROMED. Disse que as decisões da PROMED são balizadas por normativas e resoluções da Agência Nacional de Saúde – ANS. Na sequência, comentou que há um gasto significativo mensal a título de reembolso, acima de duzentos mil reais e afirmou que é muito importante que a PROMED mantenha esse tipo de serviço/cobertura. Na sequência, passou para o terceiro item da pauta. **III) Planejamento e ações para 2022, (assuntos institucionais e acompanhamento legislativo; mulheres; aposentados e pensionistas; defesa de prerrogativas; comunicação; Diretoria de informática; social; esportes; convênios e cultural; apoio aos GES; desenvolvimento acadêmico; obras e melhorias nas sedes).** Ao falar de assuntos institucionais, o Presidente, André Glitz, comentou sobre um requerimento protocolado final do ano passado que diz respeito à contagem do tempo de serviço de 17% para os colegas que estavam na Instituição na ocasião da reforma previdenciária de 1998, e, em razão de uma decisão por recurso extraordinário com repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, fazem jus a um acréscimo de 17% por tempo de serviço decorrentes das regras de transição da reforma da Previdência da ocasião de 1998. Destacou que na ótica da Associação esse acréscimo do tempo de serviço projetou consequências futuras, principalmente em relação ao momento em que o membro passou a fazer jus ao abono de permanência. De modo que, muitos colegas completariam o tempo do abono de permanência antes do período se 17% de tempo tivessem sido computados retroativamente. Entende que houve reflexos financeiros e não apenas temporais para fins de averbação de tempo de serviço e preenchimento dos requisitos para a aposentadoria. Explicou que no segundo semestre do ano passado iniciou-se uma discussão com a Procuradoria-Geral de Justiça em relação a esse tema, cujo pleito foi feito com o auxílio de alguns colegas e contou com um amplo estudo da jurisprudência de outros Tribunais de Contas e Tribunais de Justiça, e do próprio Conselho Nacional de Justiça. Disse, portanto, que há a convicção de que os aposentados fazem jus ao reconhecimento desses efeitos retroativos desse período por ocasião da reforma de 1998. Na sequência, falou que no mês de janeiro houve o pagamento da última parcela de restituição daquele imposto de renda que foi indevidamente deduzido do pagamento dos valores referentes aos juros e às correções monetárias das PAEs. Explicou que esse requerimento restou fundamentado em uma decisão do STF e em jurisprudências do STJ. Comentou que a Administração Superior do Ministério Público foi muito eficiente, compreensiva e parceira neste caso, com o consequente deferimento deste pleito. Inclusive antecipou algumas parcelas dessas verbas e no mês de janeiro do presente ano pagou-se a última parcela. Em seguida, falou que outro direito que se tem trabalhado para conquistar em prol de uma categoria muito especial, é a extensão do auxílio-saúde para os pensionistas de membros do Ministério Público. Desde a regulamentação nacional do auxílio-saúde por parte do Conselho Nacional do Ministério Público, o entendimento da Associação foi que as pensionistas fazem jus a esse direito. Falou que iniciaram as tratativas também com a Administração Superior do Ministério Público sobre esse assunto e no segundo semestre 2021 a Associação formalizou um requerimento que está sendo acompanhado e objeto de diálogo com a instituição. Esclareceu que esse



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

requerimento está em trâmite interno, encontrando-se atualmente na Suprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SubAdm). Reforçou que a APMP está buscando a implementação do auxílio-saúde em favor das pensionistas. A um, porque do ponto de vista legal elas fazem jus a esse direito, porquanto com a regulamentação do auxílio-saúde por parte do Conselho Nacional do Ministério Público inexistem mais discussões. A dois, sob o ponto de vista da justiça, vez que, na sua maioria, são pessoas que entregaram boa parte das suas vidas à causa do Ministério Público, bem como estão em uma fase que necessitam, efetivamente, dessa contribuição, configurando-se tal pleito uma das prioridades da gestão para 2022. A seguir, explanou sobre a questão referente à licença especial. Disse que foi suspenso o prazo de contagem da licença especial por conta da Lei Complementar nº 173/2020, a partir do mês de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021. Repassou que a APMP protocolou um requerimento perante a Administração Superior para que esse tempo não ficasse suspenso para fins de cômputo da licença especial. Isto porque, a lei trazia empecilhos somente de ordem orçamentária, sem que houvesse a geração de aumento ou criação de novas despesas, mas o lapso temporal poderia ser contado. Disse que administrativamente avançava-se em uma estratégia junto com a magistratura para obtenção destas conquistas, tanto no Tribunal de Justiça quanto no Ministério Público. No ano passado houve um fato novo, que foi objeto de uma Consulta no Tribunal de Justiça ao Tribunal de Contas do Estado que favoreceu essa tese que a APMP defendia da contagem do tempo. Contudo, no meio dessas tratativas administrativas o tema acabou sendo judicializado em alguns estados da Federação e a matéria parou no Supremo Tribunal Federal. Hoje o entendimento da Administração Superior do Ministério Público é de que por conta dessas decisões judiciais, neste momento, esse período, de aproximadamente dezoito meses de licença especial, ainda não pode ser contabilizado para fins de aquisição de um novo período de 90 dias decorrente do cumprimento do requisito de cinco anos de tempo de serviço que exige a licença especial. A seguir, sobre outro tema, sempre atual, diz respeito à regulamentação das compensações de plantão. Disse que há uma assimetria hoje significativa entre a regulamentação das compensações de plantão do Tribunal de Justiça do Paraná e o Ministério Público do Estado do Paraná, especialmente no que diz respeito à possibilidade de aquisição pela Administração de dias de compensação e que o Tribunal autoriza, porém o Ministério Público não. Sublinhou que a simetria constitucional é um tema inegociável para uma entidade de classe como Associação Paranaense do Ministério Público. Assim, a Associação apresentou um requerimento, em 2020, o qual teve seu deferimento parcial pela Administração Superior. Destacou que houve um avanço, na forma de enxergar da Associação e estão estudando e avaliando inclusive junto com os Grupos de Estudos a apresentação de novo requerimento nas próximas semanas em relação a esse tema da regulamentação dos plantões. Posteriormente, abordou todo o trabalho desenvolvido pela Associação, com a ajuda da advogada, assessora jurídica, Andressa de Carvalho, em relação à previdência complementar do Estado do Paraná que está intermediando a contratação do estudo com o desconto especial em prol dos(as) associados(as) da APMP junto ao escritório Vilela Vianna. Registrou que o prazo para contratação dos estudos atuarial-previdenciário, com valor especial, mediante desconto em folha parcelado em duas vezes, findará na segunda-feira, dia 31 de janeiro de 2022. Destacou que esse estudo possibilitará a avaliação por parte de cada associado(a) da sua condição previdenciária, respaldando melhor a sua decisão de migrar (ou não) do regime próprio de previdência para o regime de previdência complementar do Estado do Paraná. Disse que a Associação está lembrando toda semana os(as) colegas e alertando sobre esse prazo. Falou, ainda, que qualquer dúvida que exista sugere-se a consulta à página da Associação, na qual consta uma série de informações importantíssimas sobre esse assunto, com todo o histórico do trabalho que foi feito, inclusive com possibilidade de acessar a live de duas horas realizada com o escritório Vilela Vianna abordando os principais pontos do regime de previdência complementar e qual o produto que vai ser entregue a partir do final do mês



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

de fevereiro àqueles que solicitarem esse estudo. Registrou que a Diretoria e a assessoria jurídica da Associação estão à disposição para esclarecimento de dúvidas operacionais, mas a decisão da migração ou não é individual dos(as) associados(as). Sobre o acompanhamento legislativo em Brasília, comentou que a CONAMP não parou com os seus trabalhos e que ele estará indo para Brasília na próxima semana para uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo. Disse que há alguns temas da pauta no âmbito nacional, dentre eles o Projeto de Lei do Extrateto, originado no Senado Federal e aprovado pela Câmara, mas com alterações. Essas alterações fizeram o projeto retornar para o Senado da República onde ele hoje se encontra para apreciar as alterações produzidas na Câmara dos Deputados. Há uma preocupação em relação a esse Projeto de Lei do Extrateto que ele possa caminhar agora nesse começo de ano. Falou que existe um movimento político, um movimento da própria opinião pública, pois esse PL ganhou densidade, tração política novamente e poderá vir a ser discutido e inclusive aprovado no Senado nesse início de 2022. Destacou que a boa notícia é que esse Projeto de Lei tramita desde 2016. Informou que houve um intenso trabalho das associações de classe, principalmente da Magistratura e do Ministério Público. Esclareceu que esse PL que pode vir a ser aprovado já é um projeto mais desidratado e que foi aperfeiçoado principalmente no que diz respeito à confusão que o projeto fazia, intencionalmente ou não, em relação à natureza indenizatória de algumas verbas que não estão sujeitas ao teto constitucional. Reiterou que foram superados vários defeitos conceituais que o projeto continha, bem como rememorou os avanços nas negociações políticas que permitem afirmar hoje que no Ministério Público do Paraná teria um impacto muito pequeno com eventual aprovação desse projeto da forma como ele se encontra. Comentou que como esse PL está no âmbito do Senado Federal. A maior preocupação, no que diz respeito à política remuneratória, reside em uma limitação que acaba por alcançar mais aos membros em atividade, estando relacionada às indenizações de férias e licenças anuais. Na sequência, o Presidente passou a palavra à Diretora de Mulheres, Mariana Dias Mariano. Com a palavra, a Diretora saudou todos(as) colegas, pensionistas associadas, desejando uma boa noite. Registrou seus cumprimentos ao “brilhante e incansável presidente André Glitz”. Agradeceu a oportunidade de integrar a mesa. Registrou suas escusas pelo atraso, pois informou que estava no concurso do Ministério Público. Disse que a Diretoria de Mulheres tem uma proposta de integração entre as colegas, uma proposta de criar espaços para convivência e valorização das mulheres dentro da carreira. Salientou a importância de trazer para reflexão sobre o que as mulheres têm contribuído para o Ministério Público, bem como de se verificar em quais espaços não estão presentes e identificar o que falta para que isso aconteça a fim de estejam em todos os espaços da Instituição. Falou que busca trazer um olhar diferenciado para as questões femininas dentro da carreira e se trata de uma Diretoria muito plural e com desafio de atender e representar todas as colegas que compõem a Associação. Afirmou que a ideia principal é a construção de um trabalho de forma conjunta, colocando-se à disposição para receber críticas ou sugestões. Destacou o trabalho das Diretoras anteriores, as promotoras de Justiça Symara Motter e Nayani Kelly Garcia, responsáveis pela colocação da Associação Paranaense do Ministério Público em posição de destaque Nacional. Repassou que no site da APMP estão disponíveis todos os requerimentos protocolados perante a Instituição do Ministério Público. Comentou que muitos dizem respeito à Diretoria de Mulheres, como por exemplo, a cópia integral dos protocolos que pedem o julgamento das remoções e promoções com perspectiva de gênero pelo Conselho Superior. Ainda, disse que outro pleito que está sendo acompanhado é o requerimento que se refere à possibilidade de teletrabalho ou de condições diferenciadas de trabalho para lactantes, com filho(a)s até 01 (um) ano, segundo o recomendado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Disse que já teve um avanço com relação a essa questão e que ela foi regulamentada pelo Ministério Público do Paraná. Segundo as informações obtidas, o MPPR ainda é o segundo Ministério Público Estadual que regulamenta. Além deste, o Ministério Público do Ceará





## Associação Paranaense do Ministério Público

---

possui uma regulamentação no sentido de possibilitar o teletrabalho no período da manhã para as lactantes. Contudo, falou que a questão ainda continua sendo trabalhada e se reúnem para refletir se isso é adequado (ou não) para atender aos interesses especialmente das crianças das mulheres que estão amamentando ainda. Isto porque, segundo a Associação Brasileira de Pediatria e a Organização Mundial de Saúde as crianças precisam ter acesso ao leite materno até os 24 (vinte e quatro) meses e sem limite de horários. Comentou sobre a realização de um formulário para ter um número exato de colegas que amamentam, dando ênfase entre os seis meses, que já retornaram da licença-maternidade, até os 12 meses, que é a proposta de regulamentação que está sendo discutida e estudada com bastante cuidado pela Associação e com uma abertura bastante interessante pela Administração do Ministério Público. Destacou que a Diretoria de Mulheres tem acompanhado também as reuniões da Comissão de Mulheres da CONAMP. Informou que estiveram em Brasília na última reunião, oportunidade na qual foram debatidos vários temas e questões que envolvem a carreira das promotoras e procuradoras de Justiça em âmbito nacional perante o Conselho Nacional do Ministério Público e os diversos Ministérios Públicos Estaduais e do Trabalho. Repassou que a Comissão de Mulheres da CONAMP vai ter uma participação no Congresso Nacional e pretendem acompanhar. Disse que existem várias propostas encaminhadas para eventos culturais e sociais, que foram suspensas durante a pandemia. No entanto, agora se espera que sejam retomadas, especialmente durante o mês de março, que é o mês da mulher. Comentou que está engatilhada uma programação para o Dia da Mulher, inclusive com apresentações artísticas e que espera a participação de todas. Em seguida, falou sobre outra questão como proposta da Diretoria, que é a regionalização dos eventos a fim de que as atividades aconteçam também no interior de acordo com a realidade de cada região do estado do Paraná. Para dar início a esse evento social que se pretende realizar em março, destacou que já há o interesse de duas regiões, sendo elas Maringá e Londrina. Em seguida, disse que outra proposta é trazer o protagonismo das mulheres na carreira como profissionais dentro do meio jurídico, dentro do Ministério Público, como doutrinadoras e como profissionais da área acadêmica. Ressaltou que a Diretoria está construindo essas propostas e toda sugestão será muito bem-vinda. Posteriormente, o Presidente, André Glitz, agradeceu a Diretora de Mulheres, Mariana Dias Mariano, e falou que ela tem uma energia absoluta para fazer as coisas. Em razão dessa energia, dessa capacidade de desenvolver as coisas e da sua competência a Diretoria de Mulheres tem sido destaque dentre as Diretorias Operacionais. Agradeceu-a pela dedicação e trabalho. Destacou que uma importante iniciativa é a formação de banco curricular das colegas associadas, haja vista que muitas vezes isso não é disseminado dentro da própria categoria, dentro da própria Administração do Ministério Público. Outro projeto é a criação do Comitê de Gênero dentro da Instituição. Asseverou que essa criação é muito importante e que a Associação apresentou pleito neste sentido. Explicou que esse requerimento está em trâmite perante a Administração Superior e ganhou posicionamento favorável e a Instituição desde o início se mostrou sensível. Todavia, destacou que é preciso que esse tema “saia do papel” e torne-se uma realidade, pois um comitê de gênero é capaz de ter um olhar diferenciado para certos temas femininos. Outrossim, registrou um livro muito interessante, a ser publicado pela associada, a procuradora de Justiça aposentada Valéria Teixeira de Meiroz Grilo, que marcará a história da instituição, contando a história das mulheres do Ministério Público. Informou, ainda, que o dia 8 de março será marcado por uma ação social para mulheres em condições especiais em situação de vulnerabilidade social. Em seguida, com a palavra, a Diretora de Mulheres comentou que uma das atividades importantes que a Diretoria de Mulheres tem se dedicado bastante é a participação no Grupo Interinstitucional de Gênero. Explicou que esse Grupo é formado por todas as Instituições de Justiça no Paraná, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional Federal, Tribunal Regional do Trabalho, recentemente ingressou a Defensoria Pública e OAB. Sublinhou que esse Grupo busca trazer essa



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

perspectiva de gênero para dentro das Instituições para que trabalhem de forma adequada às políticas para as mulheres. Também que as Instituições também tragam para os seus membros essa visão diferenciada no atendimento ao público, nos processos que envolvem mulheres. Dentro do Grupo Interinstitucional tem-se reunido não só para decidir questões práticas, mas também para estudar alguns temas que são importantes dentro da Instituição. Falou que foi decidido aprovar algumas teses que possam dirigir a conduta das Instituições. Repassou que pela Associação Paranaense do Ministério Público foi feita uma proposta de uma tese justamente referente a regulamentações de condições especiais para lactantes com vistas ao interesse da mulher e também com vistas ao interesse da criança. Na sequência, o Presidente, André Glitz, diante de alguns questionamentos, esclareceu pontos relacionados à questão previdenciária. Asseverou que o estudo previdenciário interessa a todos que estejam no exercício das funções. Reforçou que o estudo apresentará dados concretos para analisar da (in)viabilidade de migrar ou não, segundo as características individuais de cada membro. Destacou que o tempo de carreira é um fator importante para essa decisão, mas não o único a ser considerado. Disse que existem outros fatores, como por exemplo, a existência de filhos, de dependentes financeiros, investimentos em outras previdências, idade que interferem significativamente nessa decisão da migração. Em seguida, sobre outro questionamento, esclareceu, ainda, que existe mulher com mais de cinquenta anos dentro da Diretoria de Mulheres, que é a associada Hirminia Dorigan de Matos Diniz, que faz parte da Comissão de Apoio. Falou que tem a associada dependente Nildete que também participa da comissão. E, ainda, que existe um convite feito a uma pensionista. Asseverou a intenção de trazer várias gerações de mulheres para dentro da Diretoria de Mulheres. Na sequência, respondeu a outra indagação referente ao pleito do teletrabalho, no período vespertino. Após, imediatamente, passou a palavra para o Diretor de Prerrogativas, Fernando da Silva Mattos, que além de ser o Diretor de Prerrogativas da Associação, também tem sido muito sensível e auxiliado nas questões que envolvem a Administração Superior. Com a palavra, o Diretor de Prerrogativas, Fernando da Silva Mattos, desejou boa noite a todos(as) os colegas. Inicialmente, registrou seus cumprimentos ao presidente da Associação, André Glitz. Em seguida, cumprimentou os membros presentes da Diretoria que estavam na mesa, o Conselheiro Fiscal, Alexandre Ramalho de Farias, a Diretora de Mulheres, Mariana Dias Mariano, e o Diretor de Planejamento da PROMED, José Américo Penteado de Carvalho. Cumprimentou o 1º vice-presidente, Miguel Jorge Sogaia, que acompanhava o ato virtualmente, o associado aposentado que se fazia presente na Assembleia, Pedro Assinger e demais associados(as) que assistiam o ato pela internet. Disse que a Diretoria de Prerrogativas está aberta para ouvir as reivindicações, bem como para o recebimento de críticas/sugestões. Esclareceu que faria uma breve explanação da atuação da Diretoria de Defesa de Prerrogativas neste segundo semestre de 2021. Registrou seus elogios e reconhecimento face à atuação desempenhada pelo presidente da APMP, André Glitz, que realiza um trabalho incansável à frente da entidade de classe dos membros do MPPR. Asseverou que como é sabido, o Ministério Público sofre repetidos ataques no âmbito do Congresso Nacional buscando desconfigurar o perfil constitucional do Ministério Público, trazendo prejuízo para a atuação dos membros. Além disso, ponderou que existem ataques específicos, direcionados em desfavor da atuação de cada agente do Ministério Público nas suas Promotorias de Justiça. Com relação a esses ataques específicos, que buscam desmotivar e dificultar a atuação de cada associado(a), é que há a atuação da Diretoria de Defesa de Prerrogativas. Comentou que a Diretoria de Defesa de Prerrogativas serve como uma espécie de escudo contra os diversos ataques que são desferidos contra os agentes do Ministério Público para que possam continuar no desempenho das suas funções de maneira tranquila e com a independência necessária. Afirmou que a atuação dos membros do Ministério Público “não pode sofrer interferência de quem quer que seja”. No que tange aos procedimentos que são instaurados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR) a título de providências e/ou desagravos comentou que zelam



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

sempre pelo bom relacionamento com a OAB e que felizmente sempre tiveram um bom diálogo. Repassou que a OAB procura fazer uma análise rigorosa desses pedidos de desagravo. Asseverou que os(as) associados sempre contam com o acompanhamento permanente e próximo em relação a todos os procedimentos que são instaurados. Ressaltou que a advogada e assessora jurídica da Associação, Andressa de Carvalho, faz um excelente trabalho nas defesas desses procedimentos de desagravo que tramitam na OAB. Disse que sempre faz questão de registrar os resultados obtidos nesses procedimentos. Neste segundo semestre 2021 foram três procedimentos julgados pela Câmara de Prerrogativas da OAB e todos foram indeferidos, mantendo o índice de semestres anteriores de cem por cento de resultados positivos. Outrossim, registrou que há também ataques realizados por intermédio de manifestações públicas, seja em redes sociais, meios de comunicação, pela imprensa, ou seja, por meios diversos. Disse que existem ataques feitos inclusive por parlamentares no ambiente do Congresso Nacional e também na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Em relação a esse tipo de ataque explicou que a Diretoria de Prerrogativas procura sempre de pronto emitir um posicionamento da Associação na defesa dos(as) seus(uas) associados(as), publicando esses posicionamentos na sua página oficial, redes sociais e também encaminhando para os meios de comunicação ou diretamente para os locais de onde eventualmente tenham partido esses ataques. Citou duas notas que foram publicadas no 2º semestre de 2021, sendo uma Nota de Repúdio e uma Nota de Esclarecimento. Comentou que uma das notas, inclusive, teve como objeto as declarações realizadas por um deputado estadual no plenário da Assembleia Legislativa contra atuação de uma agente ministerial. A Associação publicou essa nota posicionando-se em defesa da associada. Registrou que essa nota foi encaminhada à ALEP e, inclusive, lida por outro parlamentar, surtindo um resultado ainda mais positivo, com um pedido de desculpas formulado na sequência. Também informou que a Diretoria de Prerrogativas atuou em uma Reclamação por Quebra de Decoro Parlamentar, que foi protocolada pela Associação Paranaense do Ministério Público em conjunto com a CONAMP, direcionada ao Presidente da Câmara dos Deputados em face de um deputado federal em virtude de ataques proferidos contra um promotor de Justiça associado no plenário da Câmara dos Deputados. A Associação emitiu esse posicionamento e encaminhou requerimento para instauração de um procedimento perante a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Informou que houve a instauração desse procedimento e esse fato ganhou certa repercussão e o deputado, posteriormente, também em virtude de outros fatos, teve o seu diploma eleitoral cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em seguida, sobre os encaminhamentos das situações que chegam até a Diretoria de Prerrogativas, falou que contam com dois escritórios de advocacia contratados pela Associação especificamente para a defesa dos(as) associados(as). Ponderou que o escritório do Professor René Dotti atua sempre como primeira opção. Informou que neste segundo semestre de 2021 foram encaminhados 8 (oito) associado(a)(s) para serem atendidos. Tendo hoje um total de 77 (setenta e sete) associado(a)(s) atendido(a)(s). O segundo escritório contratado é o do professor Marcelo Lebre que atua em caráter suplementar, em caso de situação de impedimento do primeiro escritório. Neste caso, houve um atendimento durante este segundo semestre de 2021. Além disso, o Diretor repassou que existem diversos outros atendimentos que são realizados por telefone, presencialmente, pelo WhatsApp, a fim de conversar/atender os(as) associados(as), realizando uma interlocução próxima. Registrou que também foram encaminhados ofícios à Administração Superior ou outras entidades, realizou-se reuniões sempre visando à defesa, de forma imparcial, combativa, independente, dos direitos e das prerrogativas dos agentes do Ministério Público. Por fim, teceu comentários, nos termos do compromisso assumido desde o início por essa gestão, sobre a proposta para a criação de um Regulamento para a atuação da Diretoria de Defesa de Prerrogativas, contendo critérios objetivos a fim de buscar melhor atendimento aos(às) associados(as). Destacou a importância da criação de um fluxo devidamente regulamentado para tornar permanente essa política de atuação da



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

Associação. Falou que esse Regulamento já foi construído no âmbito da Diretoria de Defesa de Prerrogativas e, na sequência, será objeto também de avaliação e deliberação pela Diretoria Executiva para que seja possível sua publicação. Em seguida, reiterou seus agradecimentos ao Presidente da APMP, assim como à Diretora de Prerrogativas, Simone Lúcia Lorens, que não se pode fazer presente, mas que vem desempenhando um trabalho extremamente dedicado. Desejou boa noite a todos e colocou-se sempre à disposição. Posteriormente, o presidente, André Glitz, agradeceu pela explanação. Disse que é sempre muito bom destacar a existência, o trabalho e os resultados concretos da atuação da Diretoria de Prerrogativas. Asseverou que tem contato com as Associações do Ministério Público de todo Brasil e por isso pode afirmar que a Diretoria de Prerrogativas da Associação Paranaense do Ministério Público está entre as melhores do Brasil. Sublinhou que tal fato propicia uma segurança enorme para que o(a) associado(a) atue com tranquilidade em um contexto atual de muitas dificuldades, adversidades e enfrentamentos. Falou que esse trabalho da Diretoria de Prerrogativas foi aperfeiçoado por essa gestão, mas registrou que ele deriva de um trabalho fantástico que foi instituído a partir da gestão do ex-presidente, Francisco Zanicotti. Posteriormente, respondeu aos questionamentos enviados pela associada Valéria. Na sequência, passou imediatamente para o próximo item da pauta. **IV) Apresentação do processo para reformulação do Estatuto da APMP.** O Presidente, André Glitz, no que se refere à alteração de alguns dispositivos do atual Estatuto da Associação, rememorou que durante os últimos anos criou-se, no âmbito da Diretoria Executiva, uma Comissão, capitaneada pela 2ª Tesoureira, Leandra Flores, a fim de realizar uma revisão ampla do Estatuto da APMP. Repassou que o Estatuto tem sido pontualmente alterado ao longo dos anos com o propósito de melhorar, aperfeiçoar e atualizar a atuação da Associação. No entanto, afirmou que o Estatuto carecia de uma revisão global, que lhe desse um olhar de sistematização, de coerência interna com alguns dispositivos que já haviam sido alterados. Falou que pretende-se, ao mesmo tempo, uma modernização, especialmente no que diz respeito à gestão da Associação. O trabalho dessa Comissão foi levado à Diretoria e foi submetido em várias reuniões e foram obtidos avanços em pontos importantes. Após, comentou que todas essas alterações estatutárias precisam ser aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para essa finalidade. Todavia, como é de praxe, a Diretoria submeterá todas essas propostas de alterações ao crivo dos colegas associado(a)s. Asseverou que nas próximas semanas será deflagrado pela comunicação um amplo processo de divulgação das alterações que se pretendem que sejam realizadas no Estatuto com a finalidade de se colher sugestões, críticas e as opiniões do(a)s associado(a)s sobre as propostas de alteração sugeridas pela Diretoria da Associação. Depois de encerrado esse primeiro momento de compartilhar a colheita de sugestões, será feito um trabalho interno a partir dessa contribuição para na sequência convocar uma Assembleia Geral Extraordinária, especialmente para essa finalidade de aprovação das alterações do diploma estatutário da APMP. Asseverou que são alterações importantes, como, por exemplo, que visam propiciar uma modernização em relação aos cargos da Diretoria da Associação, principalmente no que diz respeito à gestão administrativa e financeira da entidade de classe, as quais atualmente estão muito concentradas na pessoa do Presidente. Anseia-se compartilhar essas responsabilidades com mecanismos internos de controle evidentemente e prestigiar alguns “órgãos” como, por exemplo, os Grupos de Estudos do Ministério Público do Paraná, que são espaços já consolidados da democracia institucional e são tão importantes para a construção da história, para o debate, para a discussão e construção do futuro associativo. Destacou que uma das mudanças será que os Grupos de Estudos passarão a fazer parte integrante do Estatuto da Associação enquanto um direito a participação do(a)s associado(a)s em todas as suas categorias. Em seguida, antes de encerrar a Assembleia Geral Ordinária, disse que fazia questão de prestigiar o 1º Vice-Presidente, Miguel Jorge Sogaiar. Em seguida, o Presidente da APMP registrou a presença do associado, o procurador de Justiça Rui Valente, e das



## Associação Paranaense do Ministério Público

---

agentes ministeriais associadas Mônica, Elianei e Valéria. Posteriormente, passou a palavra ao 1º Vice-Presidente, Miguel Jorge Sogaiair. Com a palavra, o 1º Vice-Presidente agradeceu o Presidente, André T. P. Glitz, registrou seus cumprimentos e na pessoa dele estendeu aos demais integrantes da mesa. Ainda, registrou seus cumprimentos aos associados presentes e àqueles que acompanhavam remotamente. Em seguida, ponderou que há dois anos e meio essa atual Diretoria deparou-se com um verdadeiro desafio quando iniciava esse trabalho. Disse que isso se deu justamente porque se olhava para trás e constatavam os resultados de todas as outras gestões sempre muito exitosos. Destacou que hoje é possível olhar e ver a Instituição forte que se tem, ficando muito claro, principalmente após a exposição feita, a pujança da Associação e o quanto isso é valorizado. Falou que “a nossa Associação luta pelos interesses dos associados e está realmente fazendo um ótimo trabalho”. E “não se trata de se autoelogiar”. “Isso é uma realidade”. Conclamou o(a)s colegas a participarem mais da Associação a fim de que ela esteja cada vez mais forte, para que estejam sempre juntos nesta caminhada. Colocou-se à disposição e disse que o Presidente e a Diretoria toda poderão sempre contar com a sua pessoa. Ressaltou, filiando-se às palavras ditas pelo Diretor de Prerrogativas, Fernando Mattos, a importância que a Associação Paranaense do Ministério Público tem em decorrência do trabalho incansável desempenhado pelo Presidente em favor da classe e o parabenizou. Por fim, destacou que essa Diretoria “passa por um momento único” diante deste período pandêmico enfrentado. Comentou que, por apenas seis meses, puderam se reunir presencialmente. Contudo, a Diretoria desempenhou seu trabalho ao longo de todo esse período especialíssimo de pandemia, não deixando de trabalhar. Falou que anseia que esse momento passe logo para que possam estar juntos na sede da APMP em Curitiba para dar continuidade ao trabalho, haja vista que a Associação e aqueles que integram o quadro associativo merecem todo o esforço dos membros da Diretoria. Posteriormente, o presidente agradeceu o 1º Vice-Presidente e destacou que o trabalho feito pela Diretoria deriva de um trabalho coletivo. Afirmou que ninguém faz nada sozinho. Disse que somente foi possível avançar porque a Associação conta com um grupo de associado(a)s maravilhoso(a)s. Falou que encerraria a Assembleia Geral Ordinária lembrando a vitória contra a PEC 5 no segundo semestre de 2021. Afirmou que foi uma vitória que entrou para a história não só do Ministério Público brasileiro, mas da Associação Paranaense do Ministério Público. Asseverou que “foi uma vitória de cada um de nós”, de cada associado(a)s que contribuiu para o resultado final. Em seguida, encerrou a Assembleia agradecendo o(a)s associado(a)s pela confiança, especialmente pela mobilização por conta da PEC 5 e em meio a uma pandemia conseguiram vencer uma batalha que era fundamental para a sobrevivência da Instituição. Desejou uma boa noite a todos e a todas, agradecendo o(a)s pela participação, desejando-lhes um excelente e abençoado final de semana. Após, declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária às 19h47m (dezenove horas e quarenta e sete minutos). Eu, Andressa de Carvalho, advogada e assessora jurídica da APMP, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo presidente André Tiago Pasternak Glitz.

Curitiba/PR, 28 de janeiro de 2022.

**André Tiago Pasternak Glitz**  
Presidente da APMP

**Andressa de Carvalho**  
Secretária *ad hoc*